



## 8 de Março: Dia de Luta da Mulher Trabalhadora



A exploração da força de trabalho das mulheres, especialmente as mulheres negras, é um sustentáculo fundamental para o sistema capitalista, uma vez que é mais fácil oprimir economicamente quem está socialmente oprimido – somos 70% da população mais pobre do mundo.

A data 8 de março rememora a luta das operárias da indústria do vestuário de Nova York, em 1857, contra as más condições de trabalho, e coloca em evidência todas as lutas das mulheres em defesa de seus direitos sociais, políticos e econômicos.

O Brasil governado por Jair Bolsonaro tem sido particularmente cruel com as mulheres ao reforçar as raízes patriarcais e racistas de nossa sociedade. O aprofundamento da crise econômica fez crescer a taxa de desemprego entre as mulheres, que chegou a 16,8%, em 2021, de acordo com levantamento do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Para as mulheres negras, a taxa foi de 19,8%. A Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Governo Federal, divulgada em dezembro de 2021, aponta que entre os 480,3 mil trabalhos formais que o Brasil perdeu no primeiro ano de pandemia, 96,4% das demissões foram de mulheres.

A implantação das reformas neoliberais que destroem os direitos dos trabalhadores e as políticas de enfrentamento à pobreza aprofundaram a miséria e a fome, em especial em famílias chefiadas por mulheres negras. Quase 51 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza nos últimos dois anos e mais de 10 milhões passam fome.

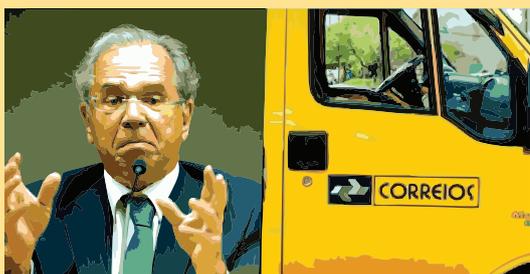
Para o capitalismo, momentos de crise garantem reserva de mão de obra para a continuidade de exploração do trabalho. É de praxe que essa reserva tenha gênero e cor bem definidos. A emancipação feminina nunca interessou aos capitalistas que lucram fortemente com todo tipo de submissão presente no interior da classe trabalhadora.

Com o aprofundamento da crise capitalista, fica cada dia mais evidente que o fim da opressão contra a mulher não depende apenas de mudanças comportamentais, como mudar a linguagem, e nem de uma luta isolada. Depende, essencialmente, da luta encarniçada contra o modo de produção capitalista, que vê na subjugação das mulheres e dos negros sua estrutura fundamental. A mulher, seu corpo e sua vida estão à mercê desse sistema controlado pelo Estado burguês por meio de suas instituições e de seu aparato repressor.

Todos os direitos democráticos que as mulheres alcançaram até hoje são frutos das suas lutas organizadas contra a opressão e, somente o fortalecimento dessa luta, unificada à luta maior da classe trabalhadora contra o sistema, poderá proporcionar uma mudança social real que impeça os retrocessos sociais em tempos de crise.

Assim, reivindicações como creches públicas, que atendam 100% da população; restaurantes públicos; lavanderias; inserção da mulher no processo de trabalho; saúde; educação públicas etc. devem ser parte fundamental das lutas pela emancipação da classe trabalhadora. Esse deve ser o espírito do dia 08 de março, um dia de luta contra esse sistema que oprime e massacra!

## Guedes promete privatizar os Correios: é preciso organizar a luta contra os ataques e garantir o direito constitucional do povo



O ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, disse em entrevista à imprensa, no último dia 21/02, que espera a privatização dos Correios para este ano ainda. Para ele, com a volta das atividades parlamentares, o Senado deve retomar a agenda e aprovar a privatização da Estatal, que tramita por meio do Projeto de Lei (PL) 591/21, aprovado na Câmara dos Deputados em agosto do ano passado.

Acontece que, entre outras coisas, o PL que privatiza a ECT coloca fim ao serviço de correios em mais de 2400 cidades no Brasil, conforme prevê a Emenda apresentada pelo relator do Projeto no Senado, Marcio Bittar (MDB). O texto fala que após a venda da Estatal o serviço de correios será mantido em

mais de 2400 cidades, mas somente por 60 meses. Ou seja, após esses prazo as cidades serão abandonadas pelo poder público na prestação de serviços de correios, um direito constitucional do povo brasileiro. Uma verdadeira aberração, ainda mais se levarmos em consideração que em várias cidades a única presença do Estado são as agências de Correios.

Mesmo em um ano eleitoral e sendo a privatização dos Correios um tema impopular, o governo entreguista de Jair Bolsonaro e seus apoiadores no Senado podem agir contra os interesses do povo e da economia nacional, pois seu compromisso principal é com os lucros da grande burguesia. É preciso manter a máxima atenção e fortalecer a luta contra a privatização dos Correios e demais estatais!

## 8 de Março - Em defesa das trabalhadoras da Saúde



A data foi escolhida pelos profissionais da Enfermagem, uma categoria majoritariamente feminina, para uma mobilização nacional em defesa da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 2564-20, que institui o piso salarial para enfermeiras (os), técnicas (os) e auxiliares de enfermagem e parteiras.

Já aprovada no Senado, a proposta ainda precisa ser aprovada por quatro comissões e pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil tem um dos maiores índices de mortes de profissionais de saúde por covid-19 do mundo. Foram mais de 13,6 mil até outubro de 2021.

O presidente da Casa e porta voz dos empresários da Saúde, Arthur Lira (PP-AL), é contra a proposta que, segundo ele, causará prejuízos

econômicos ao País. Na verdade, a valorização dos profissionais da enfermagem salva vidas e prejudica apenas os lucros bilionários dos empresários que transformam saúde em mercadoria.

**8 DE MARÇO – dia de luta das mulheres trabalhadoras. Dia de defender, em todo o País, os direitos dos profissionais da enfermagem.**

## 16 de Março: Dia de mobilização pela Educação



O ano letivo começou com grandes desafios aos professores da Educação Básica. Por pressão das escolas privadas, as redes públicas retornaram ao trabalho presencial mesmo com o aumento de casos de contaminação e mortes por Covid-19, sem vacinação das crianças e em escolas sem segurança sanitária.

Esta é mais uma ação da política de precarização e destruição da educação brasileira. O governo Bolsonaro cortou, do orçamento para 2022, R\$ 324,7 milhões do programa de desenvolvimento da Educação Básica e R\$ 51,5 milhões no apoio à infraestrutura para a Educação Básica.

O fechamento de salas, turnos e escolas deixou, só na cidade de São Paulo, mais de 14 mil crianças sem vagas nos anos iniciais do Ensino

Fundamental, além de provocar a superlotação de salas no Fundamental II em todo o estado. No País, professores da Educação Básica terão que se mobilizar para defender o reajuste de 33,24%, aprovado para o Piso Salarial Nacional deste ano e ameaçado, por prefeitos e governadores, de não ser repassado aos seus salários.

É urgente organizar a luta, em uma mobilização nacional da educação prevista para o dia 16 de março, contra o desmonte e a favor dos direitos e das condições de trabalho.

**8 de Março:  
Mulher, venha para rua pelos seus direitos!**